

REFLEXÕES TEÓRICAS SOBRE A PRODUÇÃO CIENTÍFICA: MÉTODOS DE PESQUISA SOCIAL NA ÁREA DOS ESTUDOS DE COMUNICAÇÃO

*Theoretical thoughts on the
making of science: social
research methods in the
communication studies field*

Fernanda Castilho*
Érica Nering**
Mateus Yuri Passos***

RESUMO

O artigo visa a apresentar uma discussão acerca da produção acadêmica na área de Comunicação e a utilização dos métodos que levem tais produções a uma condição de cientificidade. Partimos da hipótese de que o foco mercadológico dado aos cursos nas diversas habilitações das Comunicações

* Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade de Coimbra com bolsa da Capes. Mestre em Comunicação e Jornalismo pela mesma instituição. Coimbra – Portugal. *E-mail*: <fernandacasty@gmail.com>.

** Doutoranda e Mestre em Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. São Paulo – SP. *E-mail*: <nering@usp.br>.

*** Doutorando em Teoria e História Literária pela Unicamp com bolsa do CNPq, com período sanduíche na Ludwig-Maximilians-Universität München financiado pela Capes. Mestre em Ciência, Tecnologia e Sociedade pela UFSCar. Campinas – SP. *E-mail*: <mateus.passos@gmail.com>.

Revisão técnica e ortográfica: os autores

Data da submissão: 10/julho/2014

Data da aprovação: 21/janeiro/2015

Sociais (Jornalismo, Publicidade, Audiovisual, etc.) deixa muitas vezes de lado disciplinas com foco na produção acadêmica, o que gera uma defasagem na formação científica dos futuros pesquisadores. Discorreremos inicialmente sobre os estágios de produção do conhecimento no paradigma científico, que são os seguintes: revisão bibliográfica, análise teórica, análise empírica, proposição/validação de uma metodologia, proposição/validação de uma teoria. Posteriormente, damos um breve panorama sobre algumas metodologias mais utilizadas na área em pesquisas qualitativas e quantitativas e os principais teóricos que embasam tais procedimentos metodológicos. Por fim, apresentamos algumas ideias iniciais sobre a aplicação metodológica no contexto da pós-modernidade.

Palavras-chave: Comunicação. Pesquisa em Comunicação. Metodologia científica.

ABSTRACT

This paper aims to discuss the making of science in the Communication Studies field and the use of methods that improve the “scienness” of Communication research. Our hypothesis is that due to the Communication Sciences undergraduate courses’ focus on the labour market, in most cases they lack solid formation on research, generating a gap in the training of potential Communication researchers. At first we discuss the stages in the making of scientific knowledge – bibliographic revision, theoretical analysis, empirical analysis, postulation/validation of a method, postulation/validation of a theory. Then, we present a short overview of the most used methodologies in the field – qualitative research, quantitative research – and the main thinkers that created the bases for such methodologies. Finally, we present some ideas on the post-modern use of research methodology.

Keywords: Communication. Communication research. Cientific methodology.

1 Introdução

O estudante de Comunicação, uma área cada vez mais ampla, dificilmente ingressa em um curso superior com pretensões à pesquisa. O trabalho nos meios de comunicação e a possibilidade de atuação nas mais diversas indústrias criativas são os grandes atrativos que levam o jovem a eleger as graduações em Jornalismo, Publicidade, Relações Públicas e Audiovisual. No entanto, a pesquisa no campo da Comunicação vem atraindo cada vez mais jovens que veem nessa atividade uma nova possibilidade de carreira. Por outro lado, mesmo quando estão centrados no mercado de trabalho, esses futuros profissionais deparam-se, já na graduação ou especialização *lato sensu*, com os processos de produção de uma pesquisa acadêmica no âmbito do seu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Compreendemos que a maior dificuldade desses pesquisadores iniciantes aponta ao cumprimento das regras metodológicas próprias dos trabalhos científicos em Comunicação. Afinal, quais são as etapas a serem realizadas para que o objeto comunicacional passe a ser considerado um objeto científico? Em outros campos de estudo, sobretudo naqueles relacionados às ciências naturais e tecnológicas, nos quais o experimento, a comprovação empírica e a aplicação de métodos exatos no alcance de resultados formam o seu centro de gravidade, esses processos da ciência são mais explícitos. Já na Comunicação, campo de pesquisa social, desde os primeiros passos do pesquisador, percebemos um *deficit* em termos de qualidade e maturidade das pesquisas acadêmicas, que acreditamos derivar da falta de consciência epistemológica do campo, talvez aprofundada por algumas particularidades do penoso processo de consolidação e formação identitária do campo, que vive uma situação simultânea de repúdio e flerte com outras áreas, ou seja, uma indefinição esquizofrênica entre o isolamento e a interdisciplinaridade.

É perceptível que, embora haja um número considerável e crescente de pesquisadores de alta qualidade e maturidade no campo da Comunicação no Brasil, observamos que ainda persiste uma produção que, para além de questionável em termos qualitativos, poderia ser classificada mais apropriadamente como “imatura” – inclusive na própria postura acadêmica de seus autores, que são, em parte, enquadrados na categoria dos “pesquisadores em formação”, ou seja, estudantes de pós-graduação que, em geral, produzem artigos em ritmo irregular. Muitos desses trabalhos são verdadeiramente rasos, limitando-se a delimitar um objeto e acenar a uma proposição de pesquisa ou mesmo a rever pela enésima vez o estado da arte de determinado tópico ou escola teórica. Assim, esses jovens pesquisadores não desenvolvem os seus trabalhos no seio de um programa de pesquisa consistente ao longo do tempo; tampouco frequentam anualmente os mesmos congressos, participam, inclusive, de grupos de trabalho distintos, o que impede a consolidação de um círculo de interlocutores. Nesse caso, o mais grave é que, não raro, observamos a persistência dessas práticas, mesmo após o doutoramento.

No âmbito das associações científicas, diversas propostas têm sido implementadas para combater o problema: no caso da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (Compós), o estabelecimento de um teto para a quantidade de trabalhos aceitos em cada grupo de trabalho (dez), reduzindo o número de expositores e criando condições para que haja um alto nível de discussão; na Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor) o estabelecimento de um nível rigoroso para a aprovação de trabalhos e uma política de devolver,

àqueles que tiveram trabalho rejeitado, os pareceres (em anonimato), de modo a compreender-se o porquê da recusa.

Com este artigo, pretendemos apontar as principais problemáticas da produção científica no campo da Comunicação, sobretudo no que toca à metodologia de pesquisa, à produção de literatura científica, especialmente artigos, e ao próprio raciocínio científico em si, condicionante dos itens anteriores. Ao mesmo tempo que descreveremos os elementos essenciais da pesquisa científica em seus aspectos mais comtianos, pretendemos, também, oferecer instrumentos lógicos de superação das limitações apresentadas. Conforme apontado por Latour (2000), a ciência moderna é um ramo da cultura europeia que tomou dimensões globais e não deve ser tomada em absoluto como representação inquestionável da verdade factual; contudo, os acadêmicos que pretendem fazer dela seu ganha-pão precisam compreender a lógica de seu funcionamento e ferramentas como pré-requisito para que o pesquisador em formação, quando maduro, possa trilhar um dos diversos caminhos “pós-positivistas” abertos pelo século XX, ou criar o seu próprio; sem o domínio dos significantes científicos, corre-se alto risco de a produção ser caracterizada como má ou pseudociência.

2 Estágios de pesquisa

Denominaremos como pesquisa o processo em que se adquire erudição na área, formado pela coleta de dados, análise das informações reunidas e elaboração de reflexão posterior à análise, que se materializa através da narrativa científica, um produto acadêmico ou material bibliográfico – tradicionalmente representado por artigos, monografias, dissertações, teses e livros, embora haja novas possibilidades de trabalho que discutiremos na última seção deste texto, destinada à produção científica pós-moderna.

Para uma realização satisfatória, a produção do conhecimento deve ser realizada, em todos os seus estágios, com a consciência plena dos objetivos e das finalidades: tanto o processo de pesquisa quanto a elaboração das narrativas científicas devem ser conduzidos de modo a alcançar um objetivo definido. O pesquisador também deve estar atento para identificar quando a sofisticação da pesquisa dá margem à alteração dessa meta. Ao realizar uma compressão máxima do cardápio de finalidades de pesquisa e produtos bibliográficos possíveis ao longo de toda a carreira de um cientista, podemos sintetizá-los em: revisão bibliográfica, análise teórica, análise empírica, proposição/validação de uma metodologia, proposição/validação de uma teoria. Conforme se avança na carreira de pesquisador, é comum abandonar os primeiros itens e rumar, cada vez mais, em direção aos últimos, à medida que o repertório de análises e leituras propicia o delineamento de

considerações mais abrangentes, com enraizamento firme em questões fundamentais.

Apresentamos, a seguir, uma breve descrição de cada um desses estágios; mais adiante, serão detalhados os procedimentos e as possibilidades da revisão bibliográfica e análise empírica.

Revisão bibliográfica engloba, na verdade, tanto um procedimento metodológico quanto uma perspectiva de pesquisa, cada vez mais rara, se vista como única sustentação de um trabalho conforme o campo amadurece – assim como suas exigências – e o acesso às obras – inclusive as de publicação estrangeira, ou que se encontram fora de catálogo – é facilitado pelas novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs). Existe uma dupla função na revisão de bibliografia: a primeira é a formação de repertório geral e específico, ou seja, identificação do referencial teórico-metodológico que viabilize a realização de pesquisa com qualidade, já a segunda, de caráter mais informacional, consiste em reunir o conhecimento do que já se escreveu sobre aquele tópico, de modo a identificar tentativas bem ou malsucedidas e lacunas na investigação do referido objeto; assim, se pode partir de pontos mais avançados, o que leva à sofisticação de indagações e objetivos para uma nova pesquisa.

Atualmente, o livro e o periódico especializado constituem as duas principais fontes para a realização de revisão bibliográfica. Embora haja uma desvalorização do primeiro, pelo atual sistema de pontuação da Capes para a produção docente, ainda é o principal meio de obtenção e disseminação de referencial teórico. Já a atualização do conhecimento na área, assim como a obtenção de dados referenciais que podem servir como parâmetros de comparação na nova pesquisa a ser desenvolvida, constrói-se de forma mais atualizada a partir da leitura frequente de artigos publicados em periódicos especializados. Aliás, se ainda existem produções repetitivas ou circulares na área, uma das principais causas é a consulta pouco frequente aos artigos. As duas faces da revisão bibliográfica são essenciais para garantir originalidade e maturidade – teórica e/ou repertorial – da discussão, pois é necessário que o pesquisador tenha o máximo de conhecimento do estado da arte, ou seja, do conhecimento acumulado em um dado segmento, que dá margens à comparação de resultados, bem como à confirmação ou à refutação de conclusões de outros autores. Assim, o autor abandona a sua condição de isolamento para inserir-se numa determinada tradição investigativa, à qual será somada a nova produção.

É possível realizar uma contribuição original para o campo de três formas distintas: ao investigar um objeto ainda não – ou pouco – explorado; ao lançar um novo olhar sobre um tópico já razoavelmente mapeado; ou mesmo ao acrescentar uma perspectiva já tradicional na área.

Notadamente, é tentador buscar o ineditismo do objeto, pois garante a originalidade da contribuição e reduz o trabalho de revisão bibliográfica: isso, porém, se constitui numa armadilha, pois é comum que o pioneirismo temático resulte numa apreciação imatura, com conclusões precipitadas, facilmente substituível por outra proposição de metodologia mais criteriosa ou de maior força em argumentos ou consistência teórica. Nesse caso, a revisão de literatura deve servir para buscar correlações em objetos já apreciados e alicerces teóricos sólidos.

Em todos os estratos de pesquisa, o oferecimento de uma contribuição original ao campo deixou de ser apenas desejável, tornando-se, especialmente nos periódicos e eventos de maior qualidade, obrigatório. Assim, a pertinência de uma investigação depende do nível interpretativo que se lance sobre o estado da arte reunido ou mesmo da necessidade desse tipo de levantamento. Nesse sentido, quando uma área está pouco mapeada ou há linhas de pesquisa independentes que tratam de temas semelhantes, utilizando os mesmos procedimentos, a pesquisa de revisão pode, ainda assim, contribuir para o campo. Queremos, com isso, dizer que a pesquisa e o produto de revisão bibliográfica são válidos se não se limitarem a reunir informações sobre o que já se produziu até o momento, mas se o comentário autoral for capaz de identificar tendências e tendenciosidades. Temos como exemplo os trabalhos que identificam as matrizes teóricas mais recorrentes e a adesão dessas linhas na análise do objeto, bem como os que apontam a determinadas lacunas, permitindo a abertura de novos leques de pesquisa conforme as ausências observadas.

A análise teórica trata-se de uma etapa mais avançada: situa-se, ainda, dentro dos limites da teoria de base, contudo permite, para além da revisão bibliográfica, comentários do autor. Mesmo que realizada como exercício, sem intenções de publicação, essa é uma fase importante para o desenvolvimento da autonomia crítica e do pensamento não apenas a partir da teoria (ou um conjunto delas), mas *com* a teoria, em diálogo com ela, dirigindo-lhe indagações o tempo todo. Pensar criticamente a teoria é o primeiro passo para, na maturidade, refletir sobre a teoria; tornar-se, àqueles que assim o ambicionam, bibliografia fundamental dentro do campo.

A análise empírica, por sua vez, constitui aquilo que Kuhn (2006) denomina “ciência normal”, por se encontrar sem perturbações internas (ao menos aparentemente) e Latour (2000) chamou de “caixa-preta”. Para ambos, a teoria precisa ser vista como algo acabado e livre de contestações, para que possa, efetivamente, ser base para os experimentos empíricos, visto que funciona como chave para interpretação do objeto analisado.

Nessa fase, após a escolha do tema e da teoria, seleciona-se um conjunto a ser destrinchado, denominado “corpus de análise”. Trata-se de uma

verdadeira panóplia de fontes, tais como: material textual/imagético noticioso, entrevistas realizadas pelo pesquisador, legislação, documentos referentes à economia da mídia, etc. – cuja leitura será feita com base nos métodos e pressupostos teóricos construídos a partir da bibliografia referencial. É importante referir que existe a possibilidade de contestar a teoria caso os resultados apontem a diferenças descomuns das ideias inicialmente pontuadas.

Conforme o objeto e o percurso teórico selecionados, pode surgir também a necessidade de uma reformulação significativa do quadro analítico e, por vezes, a criação de instrumentos totalmente inovadores para o campo. Aliás, a proposição e o ensaio/validação de novas metodologias de análise constitui, atualmente, boa parte do pioneirismo de determinados trabalhos acadêmicos, sobretudo porque nos encontramos num momento de viragem tecnológica.

Em todos os casos, a escolha de um substrato teórico deve ser, como é óbvio, cuidadosa e responsável. Por outro lado, em termos teóricos, é comum ouvir a expressão “usar um autor” ou “usar uma teoria”, normalmente empregada de forma leviana, ou seja, a teoria é vista como um instrumento que suporta as proposições, um caminho simples para a realização de determinadas análises. Contudo, mais incomodativas soam as sugestões acadêmicas (em eventos de Comunicação, pareceres de trabalhos ou provas públicas) que indicam o uso meramente instrumental de determinadas teorias. Por vezes, essas avaliações podem causar constrangimento ou mesmo desrespeito pelas opções do investigador, tendo em vista que ignora o comprometimento que a afiliação a uma escola de pensamento exige. Identificamos estas posturas como puro aliciamento teórico que, nalguns casos, resulta numa combinação de perspectivas incompatíveis.

Bakhtin (2011), por exemplo, comenta a incongruência de aliarmos marxismo à psicanálise, em virtude dos inúmeros entrelaçamentos epistemológicos entre as duas correntes, especialmente no que toca à discrepante calibragem do papel dos fatores sociais e naturais/biológicos sobre o homem – o que, aparentemente, não impede que se vicejem, por toda parte, alianças semelhantes.

Frequentemente, observamos a subordinação, ainda que temporária, do pesquisador a um conjunto de autores, por vezes consultados de forma descompromissada. Por outras palavras, usa-se uma teoria não para pensar com ela, construindo uma linha de pensamento e um instrumento de análise, mas em forma de *muleta*, ou seja, a teoria *pensa* pelo pesquisador. Desaconselha-se esse tipo de procedimento sobretudo porque impede o pesquisador, de qualquer nível, de crescer e desenvolver todo o seu

potencial. Esses *atalhos*, ou mesmo uma adesão completa a uma linha teórica, nesses termos, tem sempre pouca validade em termos de amadurecimento para o campo científico.

Por fim, durante uma pesquisa, é possível que se esbarre nos limites ou lacunas que a teoria oferece e, nesse caso, precisa-se avançar teoricamente, construindo algo novo. Isso ocorre, normalmente, em duas situações: quando há grande aprofundamento em determinado assunto ou quando um tópico ainda foi pouco explorado ou mapeado com preocupações estreitas. Essas necessidades também nascem tanto do objeto como do olhar do investigador, ou seja, quando o autor se depara com um objeto novo, sobre o qual as proposições teóricas vigentes parecem não suprir todas as matrizes analíticas necessárias, ou quando a sofisticação do investigador lhe permite enxergar as limitações ou falhas de determinada base teórica. Em resposta a essa insuficiência, propõe-se um novo modelo, com outras regras de funcionamento. É possível que a proposta de novas teorias tenha origem em outros processos que não o abandono de uma determinada linha de pensamento, porém, ambas as situações, (substituição ou reforma teórica) serão mais sólidas e genuínas se derivarem do confronto do pesquisador com teorias vigentes ao longo do percurso de pesquisa, pois, só assim, ele poderá apontar com mais segurança às falhas da perspectiva que até então adotava.

Para todos esses níveis do trabalho científico, é importante lembrar que a aprovação do artigo/monografia/dissertação/tese/livro, tanto dentro da instituição de origem, como para publicação por uma editora, periódico ou evento, representa apenas o primeiro passo à cristalização de uma contribuição científica. Conforme aponta Latour (2000), o prestígio acadêmico – que aqui podemos tomar também como sinônimo de maturidade ou autonomia – não é definido pela quantidade de produtos gerados, uma vez que é grande a possibilidade de esse material ter poucos leitores, ou pouca aceitação entre a comunidade científica; para ser um grande pesquisador, é necessário que a produção seja efetivamente incorporada ao repertório da comunidade em questão, tornando-se referência, ou mesmo base para outras pesquisas na área – o que configura a melhor definição de um termo cada vez mais recorrente ao se tratar de publicações acadêmicas: *impacto*.

Importa referir que quanto mais ampla e basilar for a contribuição¹, maior será a resistência do campo para incorporá-la, pois a sua pretensão será a de ocupar uma vaga no cânone que alimenta todos os pesquisadores de Comunicação. Assim, contando com um arsenal de repertório proporcional à sua ousadia, o desafio do autor consiste em provar a força e utilidade de sua proposição para uma parcela significativa da comunidade acadêmica. Ainda mais difícil será suplantá-la teoria já existente e aceita – conforme nos fala Kuhn (2006), sobre a mudança de paradigmas –, pois seus adeptos ferozmente porão à prova a nova proposição. Nesse caso, será preciso documentar intensamente as falhas da teoria anterior, demonstrando seu estado de crise, assim como as forças da nova proposta. Pelas mesmas razões, quanto mais específica for a contribuição, menor será a resistência do campo ao seu florescimento, pois sempre há lacunas e *terræ incognitæ* – objetos e sujeitos ainda não analisados, ou não vislumbrados à luz de certas perspectivas teórico-metodológicas. Quanto mais se avança nas ramificações do campo, portanto, menores serão os riscos de a contribuição ser rejeitada – sua incorporação dependerá mais da assiduidade do pesquisador em eventos e em publicações, de modo a torná-la conhecida e arrolar adeptos e comentadores.² O comentário de outrem, inclusive, pode ser essencial no progresso de produção científica, pois permitirá comparação de resultados e a retomada da contribuição a partir de determinado ponto, sem que seja necessário trilhar desde o início caminhos já percorridos – daí, portanto, a grande importância de se realizar uma boa e criteriosa revisão bibliográfica.

3 A pesquisa social: teorias e métodos

Como afirma Ragin (1994, p. 31), a vida social é infinitamente complexa, pois cada momento, cada situação, cada história é única. Somos seres complexos por natureza e transformamos a sociedade num emaranhado de situações diversas. Contudo, o autor identifica a existência de uma ordem nessa complexidade, composta por diversos níveis de dificuldade de entendimento. Assim, o principal objetivo da pesquisa social é identificar a ordem e a regularidade dos fenômenos complexos da vida social, pois a

¹ Tomemos como exemplo o campo da Comunicação: grosso modo, a adesão de uma investigação na área de Comunicação será maior do que pesquisas sobre Jornalismo, assim como os trabalhos sobre Jornalismo esportivo terão menos impacto do que esses dois primeiros.

² Nas últimas duas décadas, temos observado que contribuições que antes eram consideradas específicas podem tornar-se fundamentais, tais como a Teoria do Jornalismo e a Economia Política da Comunicação – áreas que vêm se tornando disciplinas autônomas, com as suas próprias sociedades científicas.

principal função do teórico dessa área é refletir a respeito da sociedade (1994, p. 31). Para além disso, existem outros objetivos que regem a pesquisa social, mas, assim como tivemos a oportunidade de apontar ao longo deste artigo, nenhum deles é passível de sustentação sem a união das teorias como suporte argumentativo.

Necessitamos das teorias sociais para conduzir todos os detalhes do problema na pesquisa social. No entanto, a escolha de um ponto de vista (de uma corrente de pensamento) não significa que essas visões encontrem-se mais ou menos válidas, reais ou verdadeiras do que outras (SILVERMAN, 2004, p. 49). A utilização de uma corrente teórica em particular deve nortear a maneira como o investigador vai desenvolver o seu olhar perante o objeto. Aliás, as teorias são formadas por um conjunto de conceitos que definem e explicam determinado fenômeno social; sem elas é impossível levar adiante uma pesquisa científica (2004, p. 52).

A respeito da maneira como o pesquisador encara o objeto, identificamos, na produção acadêmica na área da Comunicação, uma postura que julgamos inadequada. Referimo-nos ao grande erro inicial que consiste em refletir sobre o objeto de maneira *pré* concebida, construindo, assim, perguntas de partida que pressupõem completamente a resposta. Pelo contrário, o pesquisador deve procurar desconstruir o seu pensamento inicial a respeito do objeto na tentativa de se distanciar como sujeito. Aliás, a relação entre sujeito e objeto muitas vezes é complexa e discutível. A ideia que vem ganhando corpo nos últimos anos é que o investigador mantenha uma postura de distanciamento perante o objeto de estudo, procurando observá-lo da maneira mais neutra possível. Um paralelo interessante relativamente a essa discussão epistêmica é a polêmica e controversa *neutralidade* do jornalista. O fazer jornalístico deve almejar a neutralidade, apesar de sabermos que é impossível o profissional, como ator social, não impingir a sua carga cultural durante a construção do texto noticioso. O pesquisador, similarmente, deve procurar distanciar-se de seu objeto para tentar compreender a complexidade do mesmo.

Grande parte das indicações metodológicas fornecidas aos pesquisadores é direta para salvaguardar a distância e a separação entre o pesquisador, que assume o papel do observador, e o ator social, para o qual é atribuído o papel de observado. Pensa-se, por exemplo, nas regras que estabelecem a neutralidade da posição que o pesquisador deve assumir nos confrontos dos sujeitos interpelados na fase da redação do questionário e de realização da entrevista (RANCI, 2005, p. 46).

Uma das maneiras de preservar a suposta neutralidade na pesquisa científica é recorrer às metodologias adequadas para estudar determinado fenômeno, obedecendo aos chamados *roteiros* de pesquisa. A proposta de Ragin (1994, p. 32-33), por exemplo, baseia-se no que considera as maiores metas da pesquisa social: identificar os padrões gerais e as relações entre os atores, testar e refinar teorias, fazer previsões, interpretar cultural e/ou historicamente os fenômenos, explorar a diversidade, dar voz ao objeto, avançar para novas teorias. De acordo com o autor, o cumprimento dessas etapas facilita a identificação da ordem na complexidade da vida social – objetivo fundamental da pesquisa social.

Ao classificar a pesquisa em Ciências da Comunicação como uma Ciência Social Aplicada, associamos as estratégias e os objetivos de pesquisa a esse campo específico. De maneira geral, a pesquisa social vem procurando, por meio da utilização de determinadas estratégias e práticas, aproximar-se das chamadas ciências “duras”, ou naturais, com o objetivo de alcançar maior credibilidade científica. Uma dessas práticas consiste na identificação de padrões e relações da temática explorada na pesquisa. Nesse caso, quanto maior for a bagagem de conhecimento científico do pesquisador a respeito dos padrões gerais maior será a possibilidade de sistematização do conhecimento e a posterior conexão com outras situações semelhantes (RAGIN, 1994, p. 34). Para além disso, conhecer profundamente determinada situação nos permite estabelecer comparações, diferenciar as circunstâncias típicas das excepcionais e identificar os casos únicos.

O envolvimento em discussões a respeito das teorias adotadas durante a pesquisa constitui outra etapa do trabalho científico. Por isso, o investigador deve valorizar o *brainstorm* coletivo, pois tais discussões fomentam uma *piscina de ideias* (RAGIN, 1994, p. 36). Dessas reuniões podem emergir infinitas possibilidades de reflexão a respeito de uma temática, sobretudo porque, como ciência interdisciplinar, a Comunicação conta com um leque de interpretações que podem advir de áreas distintas, com perspectivas mais psicológicas, sociológicas ou antropológicas, apenas para citar algumas áreas das ciências sociais e humanas. Para além disso, o trabalho individual poderá avançar no sentido de refinar e testar teorias a partir dessa *piscina de ideias*, com o auxílio de uma ferramenta essencial: as hipóteses. Diferentemente das teorias, as hipóteses são produzidas ou induzidas para uma avaliação posterior e fazem parte da fase inicial da investigação, em especial, nos estudos de natureza qualitativa (SILVERMAN, 2004, p. 52). Em decorrência da própria natureza de formulação provisória, as hipóteses são elaboradas como um protótipo, ou seja, encontram-se em fase de teste – podem ou não ser verdadeiras consoante a verificação dos resultados da análise. É por meio das hipóteses averiguadas que podemos avaliar a qualidade da *piscina de ideias*, tendo em vista que o conhecimento

necessita de suporte científico para adquirir tal estatuto (RAGIN, 1994, p. 36).

Ao contrário das pesquisas na área das ciências naturais, das sete finalidades propostas no roteiro de investigação elaborado por Ragin (1994), a terceira é a menos discutida no campo das ciências sociais aplicadas. Trata-se da busca por resultados empíricos que possam prever acontecimentos futuros e uma das principais metas das ciências “duras” que nos trabalhos no campo da Comunicação, por exemplo, tem sido um objetivo pouco regular.

Nesse sentido, importa compreender que a principal diferença entre as previsões e as hipóteses reside na articulação dos resultados obtidos na pesquisa e os fenômenos observados anteriormente. Assim, para fazer previsões sobre o futuro, o pesquisador emprega tanto o conhecimento social acumulado como os dados resultantes de sua análise. Para além disso, o conhecimento dos padrões gerais é um importante componente para a construção de predições consistentes. No entanto, as previsões, assim como as hipóteses, podem não ser confirmadas. Conforme Ragin (1994, p. 38), por conta da singularidade de alguns acontecimentos sociais, comparativamente, é mais fácil fazer predições a partir de dados e taxas do que de eventos futuros.

As últimas duas finalidades propostas por Ragin para a pesquisa social afiguram-se simples, mas são essenciais (e carentes) em determinadas investigações. Falamos, em primeiro lugar, sobre o conhecimento sobre o passado, que é uma ferramenta indispensável para compreender o presente; esse pensamento é a essência do quarto ponto explorado por Ragin (1994). A interpretação cultural-histórica acerca de eventos específicos é altamente valiosa. Alguns fenômenos adquirem importância devido ao seu valor histórico, inclusive as situações atípicas; outros derivam da relevância cultural atribuída ou conquistada ao longo do tempo. Por outro lado, tão importante quanto observar o passado é a capacidade do pesquisador de explorar e compreender a diversidade dos fenômenos sociais, contrapondo o conhecimento sobre os padrões dominantes (RAGIN, 1994, p. 41). Para desenvolver uma investigação inovadora, o cumprimento dessas duas últimas metas são fundamentais, sobretudo no tocante aos trabalhos de natureza qualitativa. Como sugere Ragin (1994), ao explorar a diversidade, a pesquisa pode se deparar com grupos que não detêm visibilidade na sociedade, e um dos contributos da pesquisa social é *dar voz* a esses grupos. No entanto, é preciso levar em consideração que *dar voz* aos grupos marginalizados ou pouco explorados não significa advogar a favor dessas minorias (1994, p. 45), pois, nesse caso, a investigação corre o risco de se tornar militante, o que prejudica a relevância do trabalho científico.

Ragin também se refere à necessidade de avanço teórico, finalidade que frequentemente confunde os pesquisadores mais jovens, pois o desenvolvimento de novas ideias e conceitos é o alicerce para o avanço teórico. Para testar as teorias, o pesquisador serve-se do arcabouço teórico para desenvolver o método hipotético-dedutivo, ao passo que, para avançar com novas teorias, a pesquisa deve seguir, posteriormente, o método hipotético-indutivo. As novas evidências – resultado das informações induzidas pelos dados empíricos – são, portanto, os instrumentos utilizados pelo pesquisador para complementar ou fazer conexões entre os conceitos existentes ou até mesmo desenvolver novos conceitos teóricos (RAGIN, 1994, p. 46).

Silverman (2004, p. 53) propõe um esquema de investigação mais ou menos circular, por vezes corroborando as ideias de Ragin (1994), ao classificar conceitos e indicar caminhos para desenvolver uma pesquisa social, relacionando modelos de pesquisa, conceitos, teorias, hipóteses, metodologia, métodos e resultados. Como já referimos, as hipóteses devem ser testadas após os resultados, portanto, essa sequência retorna às hipóteses logo após os resultados (modelo indutivo). É importante lembrar que essa proposta esquemática deve estar de acordo com a linha de pesquisa escolhida pelo investigador, ou seja, o ponto de vista selecionado para orientar a visão do problema. Por exemplo, suponhamos que o problema de pesquisa seja a relação entre os produtos televisivos e a sociedade. De acordo com a Teoria Crítica, os programas televisivos são classificados como produtos de massa, consumidos de maneira uniforme e sem grandes reflexões. No entanto, conforme uma visão mais pós-estruturalista, os indivíduos não apenas assistem à televisão, como a interpretam, produzindo sentido a partir de seus conteúdos. Notadamente, o esquema proposto por Silverman (2004) deve se adequar aos diferentes pontos de vista, pois é provável que a pesquisa assente na Teoria Crítica empregue metodologias mais quantitativas; por outro lado, a investigação pós-estruturalista deverá observar os indivíduos, utilizando métodos mais qualitativos. De qualquer modo, a escolha de estratégias deve levar em consideração a complexidade do problema de pesquisa, por isso os métodos podem ser mesclados mediante a necessidade da investigação. De acordo com Silverman (2004, p. 58), a fraqueza de determinadas teorias revela-se durante a investigação no campo, por isso torna-se imprescindível testar e refinar as teorias, tal como refere Ragin (1994, p. 35). Em resumo, o investigador deve se orientar por uma corrente de pensamento, mas não pode prender-se demais aos paradigmas.

4 Pesquisa qualitativa

Relativamente ao crescimento da importância da pesquisa de natureza qualitativa, tanto Bryman (1989, p. 18), como Melucci (2005, p. 30) concordam que as alterações nos processos sociais gerais – que necessitam de estudos centrados na qualidade, contrapondo a quantidade – são responsáveis pelo interesse das ciências sociais pelos métodos qualitativos, a partir do início dos anos 70 (séc. 20). Também denominados como interpretativos, o reconhecimento desses métodos ocorre, essencialmente, a partir da publicação de um artigo sobre o assunto, no 24º volume da *Administrative Science Quarterly* (1979), uma revista científica tradicionalmente ligada à pesquisa quantitativa. O texto referia que a pesquisa qualitativa não constitui apenas uma forma diferente de abordagem dos dados coletados pela pesquisa quantitativa, mas, pelo contrário, estabelece uma nova forma de conhecimento científico (BRYMAN, 1989, p. 20).

A pesquisa qualitativa procura enfatizar o contexto dos fenômenos sociais, com destaque à característica descritiva desse método e ao enfoque no envolvimento entre as pessoas (BECKET e BRYMAN, 2004, p. 92). Os métodos qualitativos permitem a compreensão de comportamentos e crenças dos atores sociais em sua totalidade, a partir da descrição detalhada do contexto no qual se inserem esses atores. Para além disso, a pesquisa qualitativa demanda flexibilidade por parte do sujeito para desvendar a complexidade do objeto, sem impor um conhecimento preestabelecido a respeito dos fenômenos. Nesse caso, a estrutura flexível desse método constitui uma vantagem adicional, pois permite que o pesquisador encontre resultados inesperados e novas direções à pesquisa (BECKET e BRYMAN, 2004, p. 92). Melucci explica que a redefinição da relação pesquisador/pesquisado avança da dicotomia observador/campo para a conexão observador-no-campo, pois tudo o que é observado na realidade social é observado por alguém, que se encontra inserido em relações sociais no campo que observa.

Uma outra característica da redefinição do campo de pesquisa social apontada por Melucci (2005, p. 53) é a centralidade da linguagem como ponto fundamental de análise, pois a linguagem é um dos principais elementos da cultura: está ligada às questões de gênero, de etnia, aos tempos e espaços dos atores sociais. A interpretação do pesquisador é outro elemento importante a apontar no conjunto de particularidades da pesquisa qualitativa.

A pesquisa produz interpretações que buscam dar sentido aos modos nos quais os atores buscam, por sua vez, dar sentido às suas ações. Trata-se de relatos de sentidos, ou, se queremos, de narrações de narrações. A narração de plausibilidade representa um ponto crítico do desafio metodológico introduzido pela pesquisa qualitativa, que hoje caracteriza, como já foi dito, a pesquisa social no seu conjunto (MELUCCI, 2005, p. 33).

5 Integração dos métodos quantitativo e qualitativo

No final dos anos 1980, o pesquisador inglês Bryman (1989) referiu que os investigadores que preferem os dados qualitativos não se opõem à quantificação, pois, com frequência, incluem procedimentos de contagem nas suas investigações. No mesmo sentido, as pesquisas quantitativas, por vezes, coletam material qualitativo para os seus trabalhos (1989, p. 19). Na década seguinte, em 1998, Melucci (2005) também identificou, na academia italiana, um crescente interesse pelos dados qualitativos e pelos *métodos conexos*. Já na Alemanha, Uwe Flick englobou outros procedimentos, denominando essa abordagem mista como *triangulação*: “Esta palavra-chave designa a combinação de diferentes métodos, grupos de estudo, enquadramentos de espaço e de tempo, e diferentes perspectivas teóricas, no tratamento de um fenómeno.” (2005, p. 231).

Melucci argumenta que os processos de individualização das sociedades complexas vão culminar no surgimento de uma autonomia dos sujeitos individuais, o que concede um papel e um valor muito importantes à experiência individual que não pode ser ignorada e estudada unicamente por instrumentos de pesquisa quantitativa (2005, p. 29). A característica central do método qualitativo, em contraste com o quantitativo, é a ênfase na perspectiva do indivíduo que está sendo estudado (BRYMAN, 1989, p. 19). Enquanto a pesquisa quantitativa é impulsionada por um conjunto de preocupações decorrentes de questões teóricas ou a partir da literatura de domínio particular, a pesquisa qualitativa tende a rejeitar a noção de investigador como decisor dos pontos de interesse e relevância em relação ao fenómeno. Pelo contrário, o pesquisador qualitativo procura descobrir o que é importante para os indivíduos e interpreta os contextos a partir da visão dos entrevistados, explorando, assim, a relação sujeito-objeto (1989, p. 19).

A pesquisa qualitativa, ao contrário da quantitativa, procura adequar a teoria à observação subjetiva dos fenómenos, prevalecendo a abordagem indutiva (BECKET e BRYMAN, 2004, p. 92).

Para além disso, outra diferença marca a distinção entre os dois métodos: em termos de correntes de pensamento, a pesquisa quantitativa foi difundida pelo positivismo, ao passo que a qualitativa é chamada a refletir sobre o conhecimento de outra forma, a partir do entendimento da natureza do meio social (BRYMAN, 1989, p. 20). Por seu turno, Melucci defende a contribuição da hermenêutica e da revolução cognitiva, introduzidas pelos modelos construtivistas do conhecimento, como integrantes fundamentais da mudança de perspectiva em relação aos métodos qualitativos.

Estas fundamentais contribuições teóricas se entrelaçaram e se misturaram, sobretudo no que se refere à sociologia, com a contribuição de algumas escolas e autores que avançaram de modo determinante na tradição de pesquisa qualitativa: o interacionismo simbólico, a etnometodologia e o ponto de vista dramaturgico de Goffman (MELUCCI, 2005, p. 31).

A existência de diferentes modos de integração entre os métodos quantitativo e qualitativo é outra dimensão importante apontada por Deacon et al. (1998). No mesmo sentido, Hammersley (apud Deacon et al., 1998, p. 47) identifica três modos de combinação diferentes: a triangulação, a facilitação e a complementaridade, dos quais, destaca-se a triangulação – forma mais comum e eficaz de integração entre os dois métodos (Tarrow apud Deacon et al., 1998, p. 48).

6 A retórica do produto científico

Popper (1975) tece sua principal crítica a respeito do conceito da natureza da *práxis* científica ao enfocar o viés metodológico utilizado. O principal problema de uma concepção positivista-empiricista, para ele, seria a ideia de indução, de se chegar a formulações universais por meio de verificações empíricas de *fatos da natureza*, particulares, bem como a noção de que essas permitem chegar-se a conclusões *verdadeiras* ou mesmo *prováveis*, concepção que rejeita. Ao contrário, a lógica da ciência estaria fundada sobre a dedução, a formulação de hipóteses que poderiam ser, então, empiricamente verificadas. Em contrapartida, propõe a teoria do método dedutivo de prova, de acordo com a qual “uma hipótese só admite prova empírica – e tão somente após haver sido formulada” (POPPER, 1975, p. 30). Assim, se deveria partir de formulações gerais para enunciar hipóteses e, desse modo, verificá-las empiricamente – ou seja, o substrato teórico viabiliza a leitura do objeto, em vez de se constituir partir dele, embora, como comentamos, seja possível apontar a e reparar fraquezas

num conjunto teórico a partir de sua aplicação empírica. Isso se complementa e reforça pela afirmação popperiana de que a ciência “não é um sistema de conceitos, mas, antes, um sistema de enunciados” (p. 35), que, por sua vez, só poderiam ser justificados por outros enunciados. Os *fatos da natureza* não possuiriam valor científico em si, pois “a evidência confirmadora não deve ser considerada se não resultar de um teste genuíno da teoria” (POPPER, 1982, p. 66). Os campos da ciência, portanto – visão que coaduna com as proposições de Latour (2000) – não são constituídos por quasares, planetas, células, *quarks* ou bósons de Higgs, mas pelas formulações, pelos enunciados, pelas leituras humanas que se tecem sobre eles. Portanto, aquilo que é considerado científico não pertence ao domínio da natureza, mas do social, e está perpetuamente permeado por discursos, domínio da linguagem, encontrando nela sua fundação e base sustentadora; depende e ao mesmo tempo efetua uma mediação cultural³ entre o homem e o meio em que vive, em todas as escalas imagináveis.

Em qualquer produto científico, portanto – monografias, dissertações, teses, relatórios, artigos, livros –, estarão presentes (todo o tempo) a linguagem e o discurso, por vezes sob formas insuspeitas. Podemos taxonomizar a redação acadêmica em três modos: expositivo, analítico e reflexivo; o primeiro trataria da apresentação, pretensamente neutra, de informações e dados; a seguir, a interpretação deles, ou seja, a atribuição de significados ao conjunto (quantitativo ou qualitativo) de dados apresentados; por fim, a elaboração de considerações generalizantes e/ou críticas, a partir do percurso desenvolvido.

Tem sido tendência, no campo da Comunicação, reduzir a narrativa científica ao binômio expositivo-analítico a partir de uma premissa positivista de que o modo reflexivo é anticientífico; artigos fortemente reflexivos recebem o rótulo pejorativo de *ensaio*, duplamente equivocado ao desqualificar uma forma tradicional de literatura crítica, cujo valor se demonstra pela sobrevivência ao tempo, tanto do gênero quanto de obras específicas, e ao considerá-lo especulativo, anticientífico por apresentar um

³ Um exemplo curioso de influências culturais/ideológicas sobre a ciência foi mencionado em um seminário da Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior (Andes), realizado em julho de 2007, em Belém-PA: uma pesquisa feita pela associação com pesquisadores da área da saúde apontou que, após a implantação pela Capes de diretrizes que privilegiavam, em termos de pontuação, a publicação de artigos em periódicos estrangeiros, houve diminuição de pesquisas dedicadas à Doença de Chagas e outras restritas a países em desenvolvimento ou de regiões tropicais, pois periódicos norte-americanos e europeus não as contemplavam em seu escopo, ou não as priorizavam para publicação caso fossem aceitas pelos pareceristas.

caráter retórico que, por pressuposto, a exposição e a análise não possuiriam. Essa inferência, passível de questionamento, foi posta à prova por Latour (2000) ao investigar, no início de sua carreira, como sociólogo da ciência, a anatomia do fazer científico e os enunciados a partir dele produzidos.

Latour deveria ser lido como um Maquiavel ao revés: enquanto *O Príncipe* é um estudo da política italiana renascentista disfarçado como guia prático, *Ciência em ação* é possivelmente o melhor manual de escrita acadêmica disponível hoje, por encarar de maneira singular os três modos narrativos como igualmente retóricos. Para Latour, cada *paper* é uma arena de luta de postulados científicos, uma prova de força em que diversos recursos são investidos de modo a persuadir os pares acerca da veracidade de suas afirmações; cada referência, cada citação é uma arma retórica, bem como o uso de quadros, tabelas, dados, leituras de instrumentos: é o espaço da contrapalavra na ciência, das tomadas de posição, das assertivas que concordam ou discordam de determinado pesquisador ou linha de trabalho, o que se desdobra em novos experimentos e artigos que virão para apoiá-los ou refutá-los. Barômetros e osciloscópios não têm voz própria. Telescópios não enunciam sozinhos. A natureza nada evidencia acerca de si mesma. Assim como na proposição popperiana,⁴ os dados isolados não possuem significado, a não ser que sejam reunidos visando a uma hipótese, um olhar enviesado, a partir de determinadas expectativas e utilizados para incorporar valores a uma ação discursiva: são relações sociais que formam e deformam o enunciado e a arquitetura dos produtos científicos, traçada de modo estratégico para garantir sua aceitação pelos pares – avaliadores ou leitores – inclusive porque são esses os que determinam sua condição de verdade. Também é possível que determinado conjunto de dados – inclusive leituras de instrumentos – seja considerado relevante e selecionado para o produto final de acordo com a possibilidade de ser aceito pela comunidade científica, pela verossimilhança que apresentaria aos pares; as conclusões e interpretações resultariam também de ciclos de argumentação e convencimento de pesquisadores que se dariam nos corredores dos laboratórios, às margens da produção científica que se torna pública. Sob esse prisma, a disposição de elementos informativos está a serviço dos objetivos analítico e reflexivo – e não o oposto.

⁴ É necessário deixar claro que Popper e Latour não dialogam diretamente. Este último parte da premissa kuhniana de revoluções científicas para desenvolver suas observações. Contudo, as proposições dos dois autores, nos aspectos que indicamos, são semelhantes demais para que deixássemos de fazer essas aproximações.

Em seu romance *Professor de ilusões*, de Martinez, o protagonista Sidney esbraveja para si mesmo contra certo aspecto da redação científica que de fato chama a atenção de forma intrigante – a constante invocação de autores consagrados, não raros mortos, o que faz com que boa parte de um *paper* ou tese se configure como uma espécie de “mesa branca acadêmica”. (2012, p. 70). Dissemos anteriormente, quanto ao substrato teórico, que sua função é de, dialogicamente, fornecer instrumentos para a leitura dos objetos empíricos; embora esse aspecto seja também verdadeiro, do ponto de vista latouriano, as citações, juntamente com os dados, são recursos que auxiliam o pesquisador-enunciador a vencer os testes de força – a avaliação por pareceristas, a crítica dos pares – e se tornar retoricamente persuasivo; em outras palavras, capaz de convencer o leitor da veracidade de suas afirmações e da validade de seus argumentos. A afiliação teórica, nessa perspectiva, serve para angariar aliados, vivos e mortos, ao pesquisador; apoiadores involuntários cujas afirmações retroativamente manifestam aprovação do enunciado que se apresenta – paradoxalmente, quanto mais ousada e disruptiva for uma formulação, maior será o esforço para apresentá-la como algo inserido na tradição já estabelecida, de modo a tornar sua aceitação e incorporação mais confortáveis. O equilíbrio entre citações e texto original se altera conforme o pesquisador amadurece: no início de carreira, é comum que se referenciem muitas obras, as quais alicerçarão todas as asserções do autor. Ao longo do tempo, porém, é desejável que a contribuição analítica original se sustente no pensamento do próprio autor, que deve ganhar maior respaldo, em termos sociais, conforme sua produção é incorporada ao campo e se torna referência aos pares; nesse caso, as referências a outras obras ainda existem, porém sua função é, cada vez mais, contextualizatória e comparativa, e as liberdades reflexivas se tornam mais aceitáveis perante a comunidade acadêmica: o autor recebe uma autorização coletiva para exercer a crítica, uma vez que provou sua capacidade de coleta e interpretação de dados.

A partir desse cenário, como reagir diante de um parecer negativo, um diagnóstico de pesquisa ou redação científica defeituosa? É possível vislumbrar duas polaridades possíveis, de preferência resultantes de autoanálise crítica e honesta: dar razão aos avaliadores e alterar os rumos da pesquisa de acordo com as recomendações recebidas ou, caso haja convicção de que se está certo, intensificar seus levantamentos e análises e sofisticar sua exposição, de modo a vencer outros testes de força. É importante, nesse processo, procurar espiar, por entre as frestas dos comentários dos avaliadores, o conjunto de critérios e medidas a partir do qual o valor do texto foi pesado – o que se esperava dele em contraposição ao que a materialidade do texto oferece; ter ciência do instrumento de

leitura a que a redação científica foi submetida é essencial para se vencerem as barreiras interpostas à aprovação – seja ela referente à publicação de um texto ou obtenção de título ou cargo, como apontamos, é apenas um pré-requisito à entrada do pesquisador no cosmos da academia: permitem-lhe visibilidade, mas é a interação social de sua obra, sua leitura e incorporação, positiva ou negativa, por outros autores o que lhe conferirá sobrevivência, importância, prestígio.

7 Propostas pós-modernas

Kuhn fala sobre a mudança de paradigmas, inevitável nas ciências, no seguinte trecho de *A estrutura das revoluções científicas*:

Direi desde logo que esta concepção muito corrente do que ocorre quando os cientistas mudam sua maneira de pensar a respeito de assuntos fundamentais não pode ser nem totalmente errônea, nem ser um simples engano. É antes parte essencial de um paradigma filosófico iniciado por Descartes e desenvolvido na mesma época que a dinâmica newtoniana. Esse paradigma serviu tanto à ciência como à filosofia. Sua exploração, tal como a da própria dinâmica, produziu uma compreensão fundamental que talvez não pudesse ser alcançada de outra maneira. (2006, p. 158).

Trata-se de uma verdade vigente durante certo período que fatalmente passará por revisões que a farão transformar-se, e isso ocorre por meio de mudanças acentuadas na sociedade científica. Esse é o parâmetro usado como base essencial àquela ciência instituída no século 18, que segue o modelo cartesiano de produção científica padronizado pelo modelo de escrita verbal. Nesse contexto, inserimos o advento das tecnologias digitais que estão mudando a maneira como o ser humano relaciona-se com o mundo à sua volta, mudando a forma como o pesquisador relaciona-se com seu objeto de pesquisa. Inevitavelmente, a pesquisa em Comunicação também sofre mudanças, não somente no âmbito da utilização das redes, da hipermídia, das mídias sociais e de todas as vertentes advindas da Comunicação mediada por computador, como objeto de pesquisa, mas também ao pensar nesses formatos como possibilidade de construção epistemológica do conhecimento.

Ao entendermos o modelo escrito como ideal de produção acadêmica do conhecimento, numa sociedade que se encontra em constante mudança do paradigma cultural para o *cibercultural*, compreendemos que inevitavelmente a ciência não ficará ileso. Aliás, os pesquisadores já

compreenderam que escrever somente exclui de sua ciência saberes que só poderiam ser compreendidos por meio de uma interação leitor-objeto, que a experiência estética relativa à hibridização entre as três matrizes da linguagem e do pensamento (SANTAELLA, 2003) leva a conhecimentos que a tese escrita não consegue alcançar.

Kuhn, em *A estrutura das revoluções científicas*, diz que a verdade, por vezes, oculta-se diante do paradigma dominante, podendo demorar séculos para ser clarificada e finalmente sobrepor-se ao anterior e, enfim, se constituir no paradigma dominante e novamente um obstáculo a outras verdades. Segundo Gadamer (2008), esse problema colocado por Kuhn provém de um esquecimento, pela ciência moderna, da noção de *todo* no compreender em troca de uma metodologia que induz e afasta o nosso conhecimento da natureza da própria coisa e o processo hermenêutico sobre a consciência científica nos levaria de volta a essa condição. A metodologia visa a fazer-se universal por meio da tentativa de rastrear todas as partes da experiência de verdade; uma vã tentativa, uma vez que representa apenas mais uma forma de selecionar recortes por meio de parâmetros próprios. As ciências do espírito resistem a isso por meio da filosofia, da experiência da arte e da experiência da história. “São modos de experiência nos quais se manifesta uma verdade que não pode ser verificada com os meios metodológicos da ciência.” (GADAMER, 2008, p. 30).

O viés de produção científica sobre o qual falamos anteriormente é parte de métodos aceitos em um paradigma racionalista moderno. Concepções mais atuais já apontam a uma mudança no paradigma da produção metodológica científica, sobretudo nas áreas de ciências humanas ou ciências sociais aplicadas, na qual inserimos os estudos em Comunicação. Diante da pós-modernidade, o paradigma racionalista foi posto em discussão. Em *Uma introdução a uma ciência pós-moderna*, Santos (1989) já prevê essa mudança de paradigma na ciência por meio de uma desconstrução hermenêutica da epistemologia científica tradicional, que, no contexto da pós-modernidade, deverá passar por uma dupla ruptura, que fará o conhecimento científico voltar novamente ao *status* de conhecimento comum.

Diante da noção de que a ciência é um campo de transformações, reconstruir-se diante desse novo contexto social seria inevitável. Diante disso, o universo acadêmico vem tateando possibilidades que façam uso do digital, por exemplo, para a produção do conhecimento científico. Diversas revistas já preveem em seus editais a apropriação de imagens animadas e experimentos digitais pelos *papers* submetidos. Teses de Doutorado e Dissertações de Mestrado já apresentam como resultado de

pesquisas não só o produto verbal escrito, mas também produtos em linguagem hipermídia.

Essa tendência surge em um contexto no qual o órgão regulador da pós-graduação *stricto sensu* brasileira, a Capes, começa também a considerar para avaliação de Programas de Pós-Graduação atividades como experiências artísticas, tecnológicas e iniciativas de divulgação científica.

A comunicação digital é encarada, nesses novos estudos da Comunicação, como abertura à construção do conhecimento científico. Apresenta-se, aqui, portanto, como alternativa ao paradigma dominante do método absoluto, em uma tentativa de fazer dessa nova experiência algo também aceito como parte de um caminho hermenêutico para se chegar à ciência. Isso porque, ao se opor à produção escrita como *tábula rasa* (LÉVY, 1993, p. 91), por meio do formato hipertextual, leva à compreensão pela conexão com outros elementos de informação, o que permite uma abertura maior à interpretação em detrimento de elaborações fixas e lineares produzidas pelo formato impresso. Ao pensarmos isso sob no viés da comunicação digital,

vimos que a escrita, ao separar as mensagens das situações onde são usados e produzidos os discursos, suscita a ambição teórica e as pretensões à universalidade. Há ainda outras razões que ligam a escrita à ascensão do gênero teórico e ao declínio do modo de transmissão e de organização dos conhecimentos através da narrativa. Em particular, a notação escrita torna muito mais cômoda a conservação e a transmissão de representações modulares separadas, independentes de ritos ou narrativas. (LÉVY, 1993, p. 91).

Segundo Lévy, a intenção teórica, tanto da ciência quanto da filosofia, afasta-as da “transmissão pessoal sobre o fundo de uma experiência compartilhada” (p. 90) e diz que devemos, assim como Feyerabend (2010), duvidar desse programa e voltar a pensar se realmente existem mensagens sem memória e independentes da circunstância de sua emissão. A tentativa de criar teorias universais afastou os escritos de hipertextos que se levaram até eles, esses hipertextos vistos como comentários passados entre membros da comunidade a respeito do mesmo texto.

A hipermídia abre novas possibilidades à produção do conhecimento, uma vez que acrescenta elementos novos à compreensão, propiciadas pelas suas novas formas comunicativas. O digital, como técnica, permite que a interação comunicacional deixe de ser unicamente contemplativa e passe a constituir um objeto explorável, que pode partir da compreensão oferecida pela obra de arte. Isso porque, para ser compreendido em sua verdade, um enunciado não pode ser entendido unicamente pelo conteúdo. “O fato

de experimentarmos a verdade numa obra de arte, o que não se alcança por nenhum outro meio, é o que dá importância filosófica à arte, que se afirma contra todo e qualquer raciocínio.” (GADAMER, 2008, p. 31). Gadamer propõe uma aproximação com a arte e suas possibilidades estéticas de novas abordagens do conhecer. Ou seja, chegamos ao que Bairon (2004) indica como uma tendência da linguagem científica contemporânea: eliminar a separação institucional entre as construções artísticas e científicas, uma vez que entendemos ser possível a utilização de processos estéticos e híbridos na construção de conceitos essencialmente científicos. Como abordou Santaella, em citação a Worman T. White e seu texto *A casa dos espelhos*,

para ele, a arte torna-se viva somente quando ela oferece uma estrutura teórica para questionamentos. A ciência oferece essa estrutura também, mas, para mim, continua White, “a ‘boa ciência’ é por demais restritiva. Eu preferiria fazer perguntas que se endereçassem simultaneamente a múltiplos mundos dos organismos vivos até a cultura, a ferrugem e o caos. Somente a arte me dá essa generalidade”. (2003, p. 26).

Todavia, para desconstruir o *paper*, é preciso um nível de amadurecimento acadêmico do pesquisador e da própria ciência no qual ele está inserido. Passar a produzir conhecimento em hipermídia, por exemplo, não implica passar uma borracha naquilo tudo que se construiu em termos de teorias, mas se apropriar desse conhecimento já adquirido e transformá-lo. Afinal, a ciência evolui por meio da quebra de paradigmas, mas o paradigma anterior não é esquecido, apenas reconstruído. Também é importante ressaltar que as normas metodológicas oficialmente aceitas são aquelas explicitadas nos primeiros subtópicos deste capítulo. Porém, consideramos importante abrir uma reflexão sobre possíveis caminhos a serem desbravados.

Referências

ADMINISTRATIVE Science Quarterly, v. 24, n. 4, 1979.

BAIRON, Sérgio. Tendências da linguagem científica contemporânea. *Informática na Educação: Teoria & Prática*, Porto Alegre, v. 7, n. 2, p. 101-156, jul./dez. 2004.

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. 6. ed. São Paulo: M. Fontes, 2011.

BECKET, S.; BRYMAN, A.. Understanding research for social policy and practice: themes, methods and practice: themes, methods and approaches. Bristol: The Policy Press, 2004.

BERG, B. *Ethnographic field strategies: qualitative Research Methods for the Social Sciences*. Boston: Allyn and Bacon, 2004.

BRYMAN, A. Research methods and organization studies. London: Routledge, 1989.

_____; CRAMER, D. *Análise de dados em ciências sociais: introdução às técnicas utilizando o SPSS*. Oeiras: Celta, 1992.

DEACON, D.; BRYMAN, A.; FENTON, N. Collision or collusion? A discussion and case study of the unplanned triangulation of quantitative and qualitative research methods. *International Journal of Social Research Methodology*, Social Research Association, v. 1, n. 1, p. 47-63, 1998.

FEYERABEND, Paul K. *Adeus à razão*. Trad. de Vera Josceline. São Paulo: Edunesp, 2010.

GADAMER, Hans Georg. *Verdade e Método I*. Trad. de Flávio Paulo Meurer. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

KUHN, Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas*. 9. ed. São Paulo: Perspectiva, 2006.

LAGO, Cláudia; BENETTI, Márcia (Org.). *Metodologia de pesquisa em jornalismo*. Petrópolis: Vozes, 2007.

LATOUR, Bruno. *Ciência em ação*. São Paulo: Edunesp, 2000.

LÉVY, Pierre. *As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática*. Trad. de Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.

LOPES, Maria Immacolata Vassallo (Org.). *Epistemologia da comunicação*. São Paulo: Loyola, 2003.

MARTINEZ, Monica. *Professor de ilusões*. São Paulo: Prumo, 2012.

MELUCCI, A. Busca de qualidade, ação social e cultura. In: MELUCCI, A. (Org.). *Por uma sociologia reflexiva, pesquisa qualitativa e cultura*. Petrópolis: Vozes, 2005. p. 25-42.

NERESINI, F. Pesquisa qualitativa e simulação. In: MELUCCI, A. (Org.). *Por uma sociologia reflexiva, pesquisa qualitativa e cultura*. Petrópolis: Vozes, 2005. p. 67-90.

POPPER, Karl R. *A lógica da pesquisa científica*. São Paulo: Cultrix; Edusp, 1975.

RAGIN, C. C. The Goals of Social Research. In: RAGIN, C. C.; AMOROSO, L. M. (Org.). *Constructing Social Research: the unity and diversity of method*. Thousand Oaks: Pine Forge Press, 1994.

RANCI, C. Relações difíceis: a interação entre pesquisadores e atores sociais. In: MELUCCI, A. (Org.). *Por uma sociologia reflexiva, pesquisa qualitativa e cultura*. Petrópolis: Vozes, 2005. p. 43-66.

SANTAELLA, Lucia. *Culturas e artes do pós-humano: da cultura das mídias à cibercultura*. São Paulo: Paulus, 2003.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Um discurso sobre as ciências*. Porto: Afrontamento, 2003.

_____. *Introdução a uma ciência pós-moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

SILVERMAN, D. Research and social theory. In: SEALE, C. (Org.). *Researching Society and Culture*. London: Sage, 2004. p. 48-58.

TURABIAN, Kate L. et al. *A manual for writers of research papers, theses, and dissertations*. 7. ed. Chicago: The University of Chicago Press, 2007. [E-book Kindle].